



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia, Senador Canedo e Regiões Ltda-CREDIGOIÁS.
 CNPJ (MF): 37.255.049/0001-03 AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: 9982665/91
 Rua 139, n.º 120 - Setor Marista - Goiânia-Go - 74.170-150 - Telefone: (62) 3239-0909

BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL ELABORADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores em Reais)

ATIVO	NOTA	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		141.091.419	130.146.798	PASSIVO CIRCULANTE		50.434.205	42.414.751
DISPONIBILIDADES	04	225.643	392.874	DEPÓSITOS	13	21.989.838	18.390.446
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	05	11.115.961	6.499.458	DEPÓSITOS A VISTA		20.511.972	16.540.129
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	06	50.308.775	52.246.859	DEPÓSITOS A PRAZO		1.477.866	1.850.317
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS		50.308.775	52.246.859	RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E SIMILARES	14	8.494.769	6.208.680
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	07	61.401.054	58.531.803	EMISSÃO DE LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO - LCA		8.494.769	6.208.680
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		61.401.054	58.531.803	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	15	12.746.878	12.079.077
SETOR PRIVADO		63.649.994	60.394.799	REPASSES INTERFINANCEIROS		12.746.878	12.079.077
(-)CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - CLD		(2.248.940)	(1.862.996)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	16	2.307.000	336.500
OUTROS CRÉDITOS	08	320.413	21.398	RECURSO EM TRÂNSITO DE TERCEIROS		2.307.000	336.500
RENDAS CONVÊNIOS A RECEBER		31.165	19.064	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17	4.895.721	5.400.047
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA		285.432	0	COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMELHADOS		120.724	42.646
RENDAS CONVÊNIOS A RECEBER-INSS		3.816	2.334	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS		2.744.723	3.092.403
DIVERSOS	08	5.286.027	68.290	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS		1.215.318	1.977.791
ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES SALARIAIS		10.192	17.360	OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS		1.520	0
TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER		0	50.426	OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTOS EM NOME DE TERCEIROS		590	1.904
VALORES A RECEBER - TARIFAS		240	504	PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR		385.213	253.652
VALORES A RECEBER COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS		5.275.595		CREDORES DIVERSOS		427.632	31.651
OUTROS VALORES E BENS	09	12.433.546	12.386.116	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.216.134	1.147.199
BENS NÃO DE USO PROPRIO		12.386.116	12.386.116	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	15	1.068.935	0
DESPESAS ANTECIPADAS		47.430	0	REPASSES INTERFINANCEIROS		1.068.935	0
ATIVO NÃO CIRCULANTE				OUTRAS OBRIGAÇÕES	17/25	1.147.199	1.147.199
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		12.462.836	15.666.271	PIS		377.133	377.133
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	07	4.832.755	2.987.618	COFINS		770.066	770.066
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.832.755	2.987.618	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	100.903.916	102.251.121
SETOR PRIVADO		5.164.153	3.302.946	CAPITAL SOCIAL		75.789.856	77.655.903
(-)CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - CLD		(331.398)	(315.328)	COTAS - PAÍIS		75.814.189	77.657.223
OUTROS CRÉDITOS	08	770.066	770.066	(-) CAPITAL A REALIZAR		(24.333)	(1.320)
COFINS-DEPÓSITO JUDICIAL		770.066	770.066	RESERVAS DE SOBRAS		23.816.581	23.200.843
INVESTIMENTOS	10	4.070.746	8.997.204	SOBRAS/(PERDAS) ACUMULADAS		1.297.479	1.394.375
AÇÕES E COTAS		4.070.746	8.997.204				
IMOBILIZADO DE USO	11	2.787.601	2.905.717				
IMÓVEIS DE USO		3.902.463	3.902.463				
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO		564.110	532.118				
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		(1.678.972)	(1.528.864)				
INTANGÍVEL	12	1.667	5.667				
ATIVOS INTANGÍVEIS		40.000	40.000				
(-)AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(38.333)	(34.333)				
TOTAL DO ATIVO		153.554.255	145.813.070	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		153.554.255	145.813.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia-Go, 31 de dezembro de 2018

Natal Augusto Leal da Cunha
 CPF.: 039.092.636-15
 Presidente

Helvécio Antônio Pereira
 CPF.:161.349.588-91
 Vice-Presidente

Celso Brandão de Oliveira
 CPF.: 300.271.281-72
 Diretor Presidente

Fábio Lopes Azevedo
 CPF.: 639.015.521-20
 Contador - CRC-GO 14.264/O-8

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
2o. SEMESTRE DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores em Reais)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2º SEMESTRE 2018	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.764.868	14.102.584	21.276.330
Operações de Crédito	19	6.422.592	13.480.758	21.245.561
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		327.545	607.095	30.769
Resultado das Aplicações Compulsórias		14.731	14.731	0
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.796.851)	(4.432.351)	(9.827.623)
Operações de Captação no Mercado	20	(284.488)	(557.373)	(894.940)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(420.106)	(907.081)	(1.165.551)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.092.257)	(2.967.897)	(7.767.132)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.968.017	9.670.233	11.448.707
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(2.021.162)	(3.511.649)	(2.133.347)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		234.820	367.124	157.743
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		56.538	124.134	139.295
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	21	(2.809.935)	(5.678.703)	(6.118.931)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(1.418.802)	(2.615.155)	(2.575.805)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(54.957)	(101.826)	(120.348)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	294.773	952.212	1.144.318
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.847.846	3.646.922	5.325.461
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(171.445)	(206.357)	(85.080)
RESULTADO OPERACIONAL		2.946.855	6.158.584	9.315.360
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		234	234	327
Receitas Não Operacionais		234	234	327
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		2.947.089	6.158.818	9.315.687
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(32.480)	(45.303)	(19.046)
Provisão para Imposto de Renda		(15.225)	(21.423)	(8.928)
Provisão para Contribuição Social		(17.255)	(23.880)	(10.118)
SOBRAS/PERDAS ANTES DO JSCP		2.914.609	6.113.515	9.296.641
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(4.781.882)	(4.781.882)	(7.551.222)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		(1.867.273)	1.331.633	1.745.419
REVERSÕES DO FATES E FUNDO DE LIQUIDEZ		0	664.489	0
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		0	(698.643)	(351.043)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		(1.867.273)	1.297.479	1.394.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia-Go, 31 de dezembro de 2018

Natal Augusto Leal da Cunha
 CPF.: 039.092.636-15
 Presidente

Helvécio Antônio Pereira
 CPF.:161.349.588-91
 Vice-Presidente

Celso Brandão de Oliveira
 CPF.: 300.271.281-72
 Diretor Presidente

Fábio Lopes Azevedo
 Contador - CRC-GO 14.264/O-8
 CPF: 639.015.521-20



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia, Senador Canedo e Regiões Ltda-CREDIGOÍÁS
 CNPJ (MF): 37.255.049/0001-03 AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: 9982665/91
 Rua 139 n.º 120 - Setor Marista - Goiânia-Go - 74.170-150 - Telefone: (62) 3239-0909

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL ELABORADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.
 (Valores em Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	(-)CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
			FUNDO DE RESERVA	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2016	83.009.903	(400)	20.815.337	1.522.448	1.015.240	106.362.528
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
- Ao Capital	1.015.240				(1.015.240)	0
Movimentação de Capital						
- Por Subscrição/Realização	1.091.593	(920)				1.090.673
- Por Devolução (-)	(13.269.625)					(13.269.625)
Sobras ou Perdas Líquidas					9.296.642	9.296.642
Outros eventos:						
- Provisão de Juros ao Capital					(7.551.222)	(7.551.222)
- Subscrição do Juros ao Capital	5.810.112					5.810.112
- Transferência resultados com terceiros p/ FATES					(88.871)	(88.871)
- Reversão FATES - despesas ressarcíveis					693.843	693.843
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios						
- Fundo de Reserva			371.833		(371.833)	0
- FATES					(92.959)	(92.959)
- Constituição de Reservas				491.225	(491.225)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2017	77.657.223	(1.320)	21.187.170	2.013.673	1.394.375	102.251.121
MUTAÇÕES NO PERÍODO	(5.352.680)	(920)	371.833	491.225	379.135	(4.111.407)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2017	77.657.223	(1.320)	21.187.170	2.013.673	1.394.375	102.251.121
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
- Ao Capital	1.237.369			157.006	(1.394.375)	0
Movimentação de Capital						
- Por Subscrição/Realização	446.303	(23.013)				423.290
- Por Devolução (-)	(8.218.911)					(8.218.911)
Reversões de Reservas				(140.105)	140.105	0
Sobras ou Perdas Líquidas					6.113.515	6.113.515
Remuneração de Juros ao Capital						
- Provisão de Juros ao Capital					(4.781.882)	(4.781.882)
- Subscrição do Juros ao Capital	4.692.205					4.692.205
- Transferência resultados com terceiros p/ FATES					(262.300)	(262.300)
- Reversão FATES - despesas ressarcíveis					786.685	786.685
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios						
- Fundo de Reserva			598.837		(598.837)	0
- FATES					(99.807)	(99.807)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2018	75.814.189	(24.333)	21.786.007	2.030.574	1.297.479	100.903.916
MUTAÇÕES NO PERÍODO	(1.843.034)	(23.013)	598.837	16.901	(96.896)	(1.347.205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia-Go, 31 de dezembro de 2018

Natal Augusto Leal da Cunha
 CPF.: 039.092.636-15
 Presidente

Helvécio Antônio Pereira
 CPF.: 161.349.588-91
 Vice-Presidente

Celso Brandão de Oliveira
 CPF.: 300.271.281-72
 Diretor Presidente

Fábio Lopes Azevedo
 Contador - CRC-GO 14.264/O-8
 CPF: 639.015.521-20

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia, Senador Canedo e Regiões Ltda-CREDIGOIÁS
 CNPJ (MF): 37.255.049/0001-03 AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: 9982665/91
 Rua 139 n.º 120 - Setor Marista - Goiânia-Go - 74.170-150 - Telefone: (62) 3239-0909

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
2o. SEMESTRE DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Valores em Reais)

Atividades operacionais	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Sobras/Perdas do Exercício	2.914.609	6.113.515	9.296.641
Provisão para Operações de Crédito	1.092.257	2.967.897	7.767.132
Provisão de Juros ao Capital	-4.781.882	-4.781.882	-7.551.222
Depreciações e Amortizações	77.580	154.508	163.264
	-697.436	4.454.038	9.675.815
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	263.320	-4.616.502	-6.499.458
Operações de Crédito	-6.301.090	-7.682.284	16.829.833
Outros Créditos	-5.404.546	-5.516.753	-65.282
Outros Valores e Bens	101.728	-47.430	-11.600.000
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	-8.847.032	3.971.843	-79.754
Depósitos a Prazo	1.032.079	-372.450	-6.880.634
Obrigações por Emissão de LCA	-1.621.942	2.286.089	6.208.680
Outras Obrigações	1.157.284	-504.961	-1.267.091
Relações Interdependências	2.220.000	1.970.500	-398.500
Relações Interfinanceiras	1.745.316	1.736.735	-1.152.625
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	-16.352.319	-4.321.175	4.770.984
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso	-12.860	-32.393	-33.656
Aquisição de investimentos	5.373.673	4.926.458	-1.038.638
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	5.360.813	4.894.065	-1.072.294
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	294.480	423.290	1.090.673
Devolução de Capital à Cooperados	-3.681.815	-8.218.278	-13.269.624
Reversão/(Constituição) do FATES	424.578	424.578	512.014
Incorporação do Juros ao Capital (Líquido do IRRF)	4.692.205	4.692.205	5.810.112
IRRF sobre Juros ao Capital			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.729.448	-2.678.205	-5.856.825
Aumento / Redução Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	-9.262.058	-2.105.315	-2.158.135
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	59.796.476	52.639.733	54.797.868
No Fim do Período	50.534.418	50.534.418	52.639.733
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	-9.262.058	-2.105.315	-2.158.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2018

Natal Augusto Leal da Cunha
 CPF: 039.092.636-15
 Presidente

Helvécio Antônio Pereira
 CPF: 161.349.588-91
 Vice-Presidente

Celso Brandão de Oliveira
 CPF: 300.271.281-72
 Diretor Presidente

Fábio Lopes Azevedo
 CPF: 639.015.521-20
 Contador - CRC-GO 14.264/O-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural Goiascarne Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 37.255.049/0001-03, constituída em 14 de junho de 1991, e que, a partir da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de junho de 2008, foi convertida em cooperativa de crédito de livre admissão e passou a denominar-se **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia, Senador Canedo e Regiões Ltda. – CREDIGOIÁS**, é uma Cooperativa singular, instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. É regida pela legislação vigente, pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, por seu Estatuto Social, pelas normas e diretrizes de atuação sistêmicas estabelecidas pelo Sicoob Confederação, pelas normas internas próprias e pela regulamentação da Cooperativa Central. A Cooperativa tem por objeto social:

- I. O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- II. Prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- III. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN e estão demonstradas em Real(R\$), desprezadas as frações de centavos.

b - Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

CPC n.º	Assunto	Resolução CMN
00 (R1)	Conceitual Básico	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/2011

CPC n.º	Assunto	Resolução CMN
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
33	Benefícios a Empregados	4.424/2015

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a - Regime contábil

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Cooperativa são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pós - fixadas estão atualizadas até a data do balanço e as operações com taxas pré - fixadas estão registradas pelo valor de resgate, cujas receitas e despesas inerentes a períodos futuros estão registradas em contas redutoras.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b - Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são disponibilidades de alta liquidez, em moeda nacional e aplicações interfinanceiras (centralização financeira), com vencimento das operações igual ou inferior a 90 dias, apresentam riscos insignificantes de mudança de valor e são utilizados pela cooperativa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	235.643	392.874
Centralização financeira	50.308.775	52.246.859
TOTAL	50.534.418	52.639.733

d – Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As receitas oriundas das operações vencidas a mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Após 6 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações são baixadas contra a provisão existente, transferência para prejuízo, sendo controladas no grupo de contas do compensado, não mais figurando no balanço patrimonial.

e– Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões para perdas em operações de crédito foram constituídas com base no disposto nas Resoluções CMN/BACEN 2682/1999 e 2697/2000, bem como em critérios internos, sendo seu somatório considerado pela administração suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização dos créditos, coibindo assim:

- 100% das operações de crédito vencidas a mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- 100% dos adiantamentos e excessos sobre limites de cheque especial não coberto a mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- Percentual variável sobre os créditos de curso normal e anormal.

f - Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g - Investimentos

Representados substancialmente por cotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h – Imobilizado

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações estão calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

i – Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da cooperativa. Compreende a licença de uso do SISBR (Sistema de Informática do Sicoob), esta demonstrado pelo valor de aquisição, com amortização calculada pelo método linear com base no prazo de sua vida útil.

j – Operações ativas e passivas

As operações Ativas e Passivas são registradas pelo valor principal, com acréscimo das respectivas rendas e encargos incorridos. Observada a periodicidade da capitalização contratual, as operações com encargos pré-fixados são registradas pelo valor futuro, retificadas por contas subtrativa dos rendimentos e encargos a apropriar.

k – Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja caracterização da liquidação do passivo. Quando não há possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a cooperativa, os mesmos são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente.

l – Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 194 Decreto 9.580/2018). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 193 Decreto 9.580/2018).

m – Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n – Redução ao valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

A diretoria da Cooperativa entende não haver necessidade de registro de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

Dos investimentos não circulantes, avaliados ao custo por não estarem sujeitos ao MEP (método de equivalência patrimonial), 93,03% são representados por ações do Bancoob, não havendo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis, e 6,97% por cotas da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito, qual apresenta em suas demonstrações financeiras indicativos de ser uma instituição fortemente sólida e com alta liquidez.

Cerca de 94,74% do imobilizado de uso é constituído por imóveis, cujo valor contábil é notadamente inferior ao preço de mercado;

Por fim, dado ao fato que o somatório desses ativos representa apenas 4,47% do total de ativos, acredita-se que a provisão para perda com eventual ativo que esteja desvalorizado não impactaria significativamente as demonstrações financeiras da Cooperativa.

o – Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja caracterização da

liquidação do passivo. Quando não há possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a cooperativa, os mesmos são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente.

p - Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, além daqueles já divulgados nas notas explicativas.

q – Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são conhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES

Numerário disponível na tesouraria da cooperativa no final do exercício.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades		
Tesouraria	225.643	392.874

NOTA 5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações realizadas no BANCOOB. Acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional (SFN).

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.115.961	6.499.458

NOTA 6 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valor da centralização financeira mantida no **SICOOB UNI**, em rubrica específica, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº4.434/2015.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Relações interfinanceiras		
Centralização financeira – cooperativa	50.308.775	52.246.859

NOTA 7 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade.

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	15.895	0	15.895	335.136
Empréstimos	35.784.815	3.670.061	39.454.876	28.544.210
Títulos Descontados	818.494	0	818.494	1.651.929
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	27.030.790	1.494.092	28.524.882	33.166.473
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.248.940)	(331.398)	(2.580.338)	(2.178.325)
TOTAL	61.401.054	4.832.755	66.233.809	61.519.421

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	0	0	0	0	0	2.120.511	0
A 0,5% Normal	16.927.807	396.065	21.138.371	38.462.243	(192.310)	41.920.836	(209.604)
B 1% Normal	6.656.613	141.976	2.231.764	9.030.353	(90.304)	6.053.303	(60.533)
B 1% Vencidas	514.498	0	0	514.498	(5.145)	1.072.182	(10.722)
C 3% Normal	5.657.413	33.488	601.554	6.292.455	(188.774)	8.491.737	(254.752)
C 3% Vencidas	0	21.961	0	21.961	(659)	266.065	(7.982)
D 10% Normal	8.020.274	24.532	2.287.009	10.331.815	(1.033.181)	788.312	(78.831)
D 10% Vencidas	532.565	107.370	1.081.362	1.721.298	(172.130)	130.825	(13.083)
E 30% Normal	995.622	0	1.184.822	2.180.445	(654.133)	1.873.084	(561.925)
E 50% Normal	0	21.969	0	21.969	(6.591)	0	0
H 100% Normal	0	27.824	0	27.824	(27.824)	658.521	(658.521)
H 100% Vencidas	198.470	10.817	0	209.287	(209.287)	322.373	(322.373)
Total Normal	38.257.730	623.885	27.443.520	66.325.135	(2.186.526)	61.906.302	(1.821.166)
Total Vencidos	1.245.533	162.117	1.081.362	2.489.013	(393.812)	1.791.444	(354.158)
Total Geral	39.503.263	786.003	28.524.882	68.814.148	(2.580.338)	63.697.746	(2.178.325)
Provisões	(1.678.513)	(63.485)	(838.340)	(2.580.338)		(2.178.325)	
Total Líquido	37.824.750	722.518	27.686.542	66.233.810		61.519.421	

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	0	4.408.245	0	0	4.408.245	6%
Setor Privado - Serviços	0	3.114.054	0	0	3.114.054	5%
Pessoa Física	786.003	30.160.895	818.494	28.372.248	60.137.640	87%
Outros	0	1.001.575	0	152.634	1.154.209	2%
TOTAL	786.003	38.684.769	818.494	28.524.882	68.814.148	100%

d) Rendas a apropriar

Rendas a apropriar	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a apropriar - empréstimos e títulos descontados	1.711.367	1.096.969
Rendas a apropriar - financiamentos rurais e agroindustriais	1.657.267	2.994.495
TOTAL	3.368.634	4.091.464

e) Operações renegociadas

Empréstimos	31/12/2018	31/12/2017
Operações renegociadas	1.638.624	0
TOTAL	1.638.624	0

f) Limites de contratos de empréstimo

Limites de contratos de empréstimo	31/12/2018	31/12/2017
Limite contrato cheque especial	6.284.700	5.908.500
Limite contrato empréstimo rotativo	8.926.900	8.486.000
Limite contrato conta garantida	145.000	200.000
TOTAL	15.356.600	14.594.500

g) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima 360	Total
Empréstimos	19.194.802	15.819.905	3.670.061	38.684.769
Financiamentos Rurais	5.878.323	21.152.467	1.494.091	28.524.881
Total	25.073.125	36.972.372	5.164.153	67.209.651

h) Provisão para perdas em operações de crédito

Operações de crédito	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e títulos descontados	(1.741.998)	(1.641.084)
Financiamentos rurais	(838.339)	(537.240)
TOTAL	(2.580.338)	(2.178.324)

i) Operações de créditos baixados como prejuízo

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Créditos baixados nos últimos 12 meses	(2.552.338)	(16.986.598)
Créditos baixados entre 13 e 48 meses	(18.190.620)	(1.891.041)
Créditos baixados há mais de 49 meses	(2.626.218)	(2.611.534)
TOTAL	(23.369.177)	(21.489.173)

j) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	5.176.523	8,00%	3.024.636	5,00%
10 Maiores Devedores	28.720.015	42,00%	23.832.066	37,00%
50 Maiores Devedores	59.669.081	87,00%	53.013.362	83,00%

k) Ativo não circulante realizável a longo prazo – operações de crédito:

Ativo não circulante	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito	5.365.420	3.302.946
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(201.266)	(315.328)
TOTAL	5.164.153	2.987.618

NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a receber (a)	320.413	21.398
Diversos (b)	6.056.093	838.356
TOTAL	6.376.506	859.754
Circulante	5.606.440	68.290
Não circulante	770.066	770.066

(a) Valores a receber de convênios com concessionárias de serviço público e privado.

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Rendas convênios a receber	31.165	19.064
Centralização financeira	285.432	0
Rendas convênios a receber - INSS	3.816	2.334
TOTAL	320.413	21.398

(b) Composto pelos seguintes valores:

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	10.192	17.360
Valores a receber cooperativas descentralizadas (i)	5.275.595	0
Títulos de créditos a receber	0	50.426
Valores a receber - tarifas	240	504
Cofins – depósito judicial (Não circulante) (ii)	770.066	770.066
TOTAL	6.056.093	838.356

(i) O valor a receber cooperativas descentralizadas refere-se ao acordo extrajudicial entre a Central Sicoob Uni e o Sicoob Goiás Central, com interveniência e anuência de Cooperativas singulares. Em fevereiro de 2019, o Sicoob Goiás Central efetuou a devolução integral das cotas de capital.

(ii) O montante de R\$770.066 (setecentos e setenta mil e sessenta e seis reais) refere-se, basicamente, ao depósito judicial de ação movida contra a Receita Federal em contestação a intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre ato cooperativo, que tramita nas esferas competentes.

NOTA 9 – OUTROS VALORES E BENS

Proveniente do recebimento de bem em dação de pagamento. Correspondem a bens imóveis não destinados ao próprio uso da cooperativa, recebido em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, que não estão sujeitos à depreciação ou correção.

Outros valores e bens	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de uso próprio	12.386.116	12.386.116
Imóveis	12.386.116	12.386.116

IPTU referente aos imóveis recebidos em dação de pagamento.

Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob, conforme CCI – 490/2018 – Sicoob Confederação de 5 de dezembro de 2018.

Despesas antecipadas	31/12/2018	31/12/2017
IPTU	2.587	0
Contribuições a fundos	44.843	0
TOTAL	47.430	0

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Investimentos	31/12/2018	31/12/2017
Participação em cooperativa central de crédito	283.751	5.652.423
Participação instituições financeiras controladas	3.786.995	3.344.780
TOTAL	4.070.746	8.997.204

O valor de R\$283.750 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta reais) em cotas de capital, no valor unitário de R\$1,00 (um real) da Central SICOOB UNI de Cooperativas de Crédito, cujo capital em 31/12/2018 somava R\$82.927.160 (oitenta e dois milhões novecentos e noventa e sete mil cento e sessenta reais).

Representado pelo valor de R\$3.786.995 (três milhões setecentos e oitenta e seis mil setecentos novecentos e noventa e cinco reais) em ações, do Tipo PN do BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO

Imobilizado de uso	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Situação líquida	Taxa de depreciação a.a.%
Terrenos	1.100.000	0	1.100.000	0
Edificações	2.802.464	(1.261.109)	1.541.355	4%
Mobiliários	181.869	(163.404)	18.465	10%
Máquinas e equipamentos	77.055	(34.779)	42.276	10%
Sistema de comunicação	62.648	(30.964)	31.684	10%
Sistema de processamento de dados	151.160	(110.000)	41.160	20%
Sistema de vigilância	12.066	(924)	11.142	10%
Sistema de transporte	77.789	(77.789)	0	20%
TOTAL	4.466.573	(1.678.972)	2.787.601	

NOTA 12 – INTANGIVEL

Intangível	Valor de aquisição	Amortização acumulada	Situação líquida	Taxa de amortização
Direito de uso	40.000	(38.333)	1.667	10% a.a.
TOTAL	40.000	(38.333)	1.667	

NOTA 13 – DEPÓSITOS

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Depósito a vista	20.511.972	16.540.129
Depósito a prazo	1.477.866	1.850.317
TOTAL	21.989.838	18.390.446

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme a Resolução CMN n° 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

NOTA 14 – RECURSOS E ACEITES CAMBIAIS E SIMILARES

Aplicação em letras de crédito do agronegócio – LCA, emitidas pelos associados.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Emissão de letras de crédito do agronegócio-LCA	8.494.769	6.208.680
TOTAL	8.494.769	6.208.680

NOTA 15 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – REPASSES INTERFINANCEIROS

Recursos obtidos junto ao BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A, para repasse aos associados em operações de crédito rural, custeio e investimento. São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Repasses interfinanceiros	13.815.813	12.079.077
<i>Circulante</i>	<i>12.746.878</i>	<i>12.079.077</i>
<i>Não circulante</i>	<i>1.068.935</i>	<i>0</i>

NOTA 16 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Ordens de pagamentos emitidas por solicitação e a favor dos associados.

Relações interdependências	31/12/2018	31/12/2017
Recurso em trânsito de terceiros	2.307.000	336.500

NOTA 17 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	120.724	42.646
Sociais e Estatutárias (b)	2.744.723	3.092.403
Fiscais e Previdenciárias (c)	1.215.318	1.977.791
Diversas (d)	1.962.154	1.434.406
TOTAL	6.042.919	6.547.246
Circulante	4.895.720	5.400.047
Não circulante	1.147.199	1.147.199

(a) I.O.F. (Imposto sobre operações financeiras) contabilizado ao final do exercício social, a ser recolhido na próxima competência.

(b) Sociais e Estatutárias - Estão compostos pelos seguintes valores:

I – Fundo de assistência técnica educacional e social (F.A.T.E.S.)

Atendendo a determinação do Banco Central do Brasil o fundo de assistência técnica educacional e social – (F.A.T.E.S.) encontra-se registrado no passivo circulante, apresentando o saldo de R\$ 2.744.723.

Descrição da conta	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	3.337.924	3.409.930
Utilização no período	(693.843)	(139.688)
Destinação conforme estatuto social	92.958	67.682
TOTAL	2.737.039	3.337.924

II – Resultado de atos com não associados

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de atos com não associados	455.687	193.386

III - Cotas de capital a pagar

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de capital a pagar	238.876	161.978

(c) Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais (impostos e contribuições sobre serviços de terceiros) previdenciários (impostos e contribuições sobre salários) IRRF sobre aplicações financeiras, PIS a recolher, COFINS a recolher e IRRF sobre juros ao capital:

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Provisão IRPJ	5.656	961
Provisão CSLL	7.519	1.089
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5.523	396
Impostos e contribuições sobre salários	190.799	289.661
IRRF sobre aplicações financeiras	0	10.793
PIS a recolher sobre atos não cooperativos	115	94
COFINS a recolher sobre atos não cooperativos	1.365	579
IRRF sobre juros ao capital	1.000.691	1.674.218
TOTAL	1.215.318	1.977.791

(d) Diversas

I – Obrigações por aquisição de bens e direitos.

Aquisição de ponto eletrônico para instalação na cooperativa.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.520	0

II – Obrigações de pagamentos em nome de terceiros – conta salário.

Conta exclusiva para pagamento de salário.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	590	1.904

III - Provisão para pagamentos a efetuar – despesa de pessoal

Provisão para pagamentos de férias dos funcionários, calculadas até o final do exercício de 2017.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para pagamentos a efetuar – despesas de pessoal	385.213	253.652

IV – Credores diversos

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Pendência a regularizar Bancoob (i)	377.875	0
Cooperativa central (ii)	27.176	25.000
Provisão para garantias prestadas (iii)	22.581	6.651
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 25)	1.147.199	1.147.199
TOTAL	427.632	31.651

(i) Valor referente a saque de numerário centralizado junto ao Bancoob para suprimento na tesouraria da Cooperativa (pendência a regularizar Bancoob).

(ii) Representa obrigações da cooperativa junto à cooperativa central (cooperativa central).

(iii) A provisão para garantias prestadas refere-se a coobrigações, ou seja, operações com cartões de crédito.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Goiânia, Senador Canedo e Regiões Ltda. – CREDIGOIÁS está assim representado:

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Cotas – País	75.814.189	77.657.223
(-) Capital a realizar	(24.333)	(1.320)
Fundo de reserva	21.786.006	21.187.170
Reservas estatutárias	2.030.575	2.013.673
Sobras / (Perdas) acumuladas	1.297.479	1.394.375
TOTAL (Patrimônio líquido)	100.903.916	102.251.121

O Capital Social, constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 752 (setecentos cinquenta e dois) associados. O voto é pessoal e intransferível sendo que, cada associado possui 01 (um) voto, independente da quantidade de cotas que o mesmo detenha.

(a) SOBRAS LÍQUIDAS

As sobras líquidas ao final do Exercício de 2018 somavam R\$1.297.479 (um milhão duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e setenta e nove reais) e estão assim demonstradas:

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Sobras antes das reversões	1.331.633	1.745.420
(+) reversão F.A.T.E.S. – despesas ressarcíveis	786.685	693.843
Ressarcimento Fundo ATA 321 do Conselho de Administração	140.105	0
(-) Receita com terceiros	(262.300)	(88.871)
(-) FUNLIQ	0	(491.225)
Total das sobras antes das destinações	1.996.123	1.859.167
(-) F.A.T.E.S. (5%)	(99.807)	(92.959)
(-) Fundo de reserva (20%)	0	(371.833)
(-) Fundo de reserva (30%)	(598.837)	0
SOBRAS LÍQUIDAS	1.297.479	1.394.375

NOTA 19 – RECEITAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	201.301	103.351
Rendas de Empréstimos	7.680.680	6.148.805
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	474.373	5.271.344
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	321.196	146.714
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplic. com Recursos Livres	3.339.003	2.269.485
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplic. Recursos Direcionados na Poupança Rural	594.935	442.685
Rendas de Financiamentos Rurais – Aplicações Livres	0	3.320.699
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Repassadas e Refinanciadas	0	609.160
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	869.270	2.933.318
TOTAL	13.480.758	21.245.561

NOTA 20 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-32.878	-452.466
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-524.495	-442.474
TOTAL	-557.373	-894.940

NOTA 21 – DISPÊNDIOS COM PESSOAL

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-66.855	0
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-1.811.557	-2.220.121
Despesas de Pessoal - Benefícios	-428.778	-467.159
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-1.152.846	-1.185.533
Despesas de Pessoal - Proventos	-2.211.832	-2.245.927
Despesas de Pessoal - Treinamento	-2.721	-191
Despesas de Remuneração de Estagiários	-4.114	0
TOTAL	-5.678.703	-6.118.931

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	-55.574	-50.330
Despesas de Aluguéis	-750	0
Despesas de Comunicações	-51.310	-55.772
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-102.613	-135.216
Despesas de Material	-34.030	-39.408
Despesas de Processamento de Dados	-88.159	-84.535
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-573.299	-501.621
Despesas de Propaganda e Publicidade	-60.261	-44.063
Despesas de Publicações	-2.134	-699
Despesas de Seguros	-9	-1.655

Descrição	2018	2017
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-135.072	-134.562
Despesas de Serviços de Terceiros	-230.913	-39.039
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-311.068	-341.202
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-66.136	-220.549
Despesas de Transporte	-15.686	-20.102
Despesas de Viagem ao Exterior	0	-250
Despesas de Viagem no País	-10.481	-5.464
Outras Despesas Administrativas	-301.808	-203.772
Despesas de Amortização	-4.000	-4.000
Despesas de Depreciação	-150.508	-159.264
Emolumentos judiciais e cartorários	-34.417	-12.382
Contribuição a OCE	-11.230	-135.516
Rateio de despesas da Central	-326.552	-333.738
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	-49.145	-52.666
TOTAL	-2.615.155	-2.575.805

NOTA 23 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	628	133.089
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	103	6.927
Dividendos	449.962	923.388
Crédito receita Sipag - faturamento	5.807	635
Crédito receita Sipag - antecipação	14.745	1.732
Distribuição de sobras da central	400.543	78.547
Outras rendas operacionais	80.424	0
TOTAL	952.212	1.144.318

NOTA 24 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	0	-10.446
Despesas de Provisões Passivas	-16.033	-11.033
Outras Despesas Operacionais	-188.459	-62.090
Descontos concedidos - operações de crédito	-1.550	-1.439
Cancelamento - tarifas pendentes	-316	-72
TOTAL	-206.357	-85.080

NOTA 25 – PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.147.199	770.066	1.147.199	770.066

A Cooperativa possui a provisão para demanda judicial no valor de R\$ 1.147.199 (um milhão cento e quarenta e sete mil cento e noventa e nove reais). Esse montante, refere-se a provisão constituída para riscos fiscais, PIS e COFINS, inclusive provisão para encargos moratórios.

A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito singulares do estado do Goiás, através de mandado de segurança aforado pelas mesmas, com pedido de liminar. Foi concedida, em 01.08.2000, liminar determinando à autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de créditos a contribuição para a COFINS sobre a receita dos atos cooperativos próprios (Lei 5.764/71), excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros. Referida liminar encontra-se atualmente suspensa.

Em 25 de novembro de 2005 o Tribunal Regional Federal – TRF 1ª região reconheceu a inconstitucionalidade da revogação do PIS e da COFINS, concedida às sociedades cooperativas. A medida beneficia as cooperativas de crédito impetrantes do Mandado de Segurança ajuizado em 2000. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão, e ainda se aguarda o resultado do recurso.

NOTA 26 – COMPENSADO

Os valores registrados em contas de compensação estão assim representados em 31/12/2018:

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR R\$
Coobrigações	2.8004.347
Custódia de valores	22.459.986
Cobrança	4.571.856
Avais, fianças e outras garantias recebidas	464.613.804
Créditos baixados como prejuízo	23.369.177
Patrimônio de referência	52.264
Valores de créditos contratados a liberar	5.757.872
Valores de cap. realizado e PL mínimos de participadas	1.026
Outras contas de compensação ativas	45.161.052
Operações de crédito nível A	38.462.244
Operações de crédito nível B	9.544.850
Operações de crédito nível C	6.314.415
Operações de crédito nível D	12.053.112
Operações de crédito nível E	2.202.414
Operações de crédito nível H	237.111
TOTAL	637.605.537

NOTA 27 – INSTRUMENTO DE ACO E LIQUIDAÇÃO DE OBRIGAÇÕES NO ÂMBITO DO SFN

Acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), nos termos da Resolução nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005.

Descrição da conta	31/12/2018	31/12/2017
Controle ACO	11.115.960	6.201.456
TOTAL	11.115.960	6.201.456

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	5.500.965	3,17%	12.619
TOTAL	5.500.965	3,17%	12.619
Montante das Operações Passivas	8.109.170	23,09%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	28.416	420	4%
Crédito Rural	1.624.105	8.120	6%
Empréstimo	58.125	290	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.100.366	10,27%	0%
Depósitos a Prazo	102.138	1,02%	0,43%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,89% a.m.	Menor taxa 1,20% a.m. maior taxa 5,50% a.m.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	1,78%
Crédito Rural (modalidades)	1,16%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	11.076.482
Empréstimos e Financiamentos	32.125

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	1.878.411
Encargos Sociais	392.064

NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do Fluxo de Caixa – DFC foi elaborada em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.604/2008, CPC 03 R2 e CVM Nº 641/2010.

NOTA 30 - OUTRAS INFORMAÇÕES

JUROS AO CAPITAL

Conforme publicação da lei complementar 130 de 17 de abril de 2009, por meio do seu artigo 7º alterando a taxa de remuneração de juros ao capital, limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (S.E.L.I.C.) para títulos federais. Dessa forma foram destinados o montante de R\$4.781.881,92 ao capital social.

COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE GOIÂNIA, SENADOR CANEDO E REGIÕES LTDA-CREDIGOIÁS - SICOOB CREDIGOIÁS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIGOIÁS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	50.308.775	52.246.859
Investimentos	283.751	5.652.423

SEGUROS – NÃO AUDITADO

Os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e veículos de propriedade da cooperativa.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Sicoob, criada no final de 2007, representou mais um avanço a serviço dos cooperados. Em caso de problema, recomenda-se ao cooperado que, em primeiro lugar, procure solucioná-lo por meio de seus canais de relacionamento na filial em que é atendido normalmente.

Caso não fique satisfeito, deve procurar então a direção da Cooperativa, só depois de esgotadas essas instâncias é que deve recorrer à Ouvidoria, por meio de ligação telefônica gratuita ao número 0800-725-0996 ou do site www.ouvidoriasicoob.com.br.

Goiânia - GO, 31 de dezembro de 2018.

Natal Augusto Leal da Cunha
CPF: 039.092.636-15
Presidente

Helvécio Antônio Pereira
CPF: 161.349.588-91
Vice-Presidente

Celso Brandão de Oliveira
CPF: 300.271.281-72
Diretor Presidente

Fábio Lopes Azevedo
CPF: 639.015.521-20
Contador CRC-GO14.264/O-8

Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob

1. A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.
2. A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.
3. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
4. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

5. Risco Operacional

- 5.1 O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- 5.2 Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- 5.3 A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

6. Riscos de Mercado e de Liquidez

- 6.1 O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).
- 6.2 O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de

vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

- 6.3 No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:
- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
 - b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
 - c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
 - d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
 - e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
 - f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
 - g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

7. Gerenciamento de Capital

- 7.1 O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

8. Risco de Crédito

- 8.1 O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- 8.2 Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

9. Risco Socioambiental

- 9.1 O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

10. Gestão de Continuidade de Negócio

- 10.1 A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações

de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

- 10.2 O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.
- 10.3 São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).
- 10.4 Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

Celso Brandão de Oliveira

CPF: 300.271.281-72

Diretor responsável pelo
gerenciamento de capital
do risco operacional e de crédito

Rômulo Borges Gomes Guimarães

CPF: 002.882.011-83

Diretor responsável pelo
gerenciamento do risco
de mercado